

Superior Tribunal de Justiça

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.530 - MG (2019/0212683-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
REQUERENTE : ALESSANDRO PEREIRA FIGUEIREDO (PRESO)
REQUERENTE : ELENISIO CHAVES FIGUEIREDO (PRESO)
ADVOGADO : WEBERTE GIOVAN DE ALMEIDA - MG086397
REQUERENTE : ELDIR CHAVES FIGUEIREDO (PRESO)
ADVOGADO : WILLIAN PIRES DA SILVA - MG075862
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido de efeito suspensivo, em favor de ALESSANDRO PEREIRA FIGUEIREDO, nos autos do recurso especial por ele interposto (fls. 2163/2215).

Consta dos autos que o recorrente e corréus foram condenados pela prática do delito tipificado no ar. 1º, II, da Lei n. 8.137/90, na forma do art. 71, *caput*, do Código Penal – CP, à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e 16 dias-multa (fls. 1168/1169).

Acusação e defesa interpuseram recursos de apelação que foram desprovidos. O acórdão ficou assim ementado:

DELITO CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA - FRAUDE MINUCIOSAMENTE DEMONSTRADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO - TRANSFERÊNCIA DE ÔNUS PROBATÓRIO AOS RECORRENTES - CRIME CONTINUADO - PENA EXASPERADA EM 2/3 EM FACE DA QUANTIDADE DE INFRAÇÕES - RECURSOS DESPROVIDOS.

Se se extrai de Decisão de Câmara de Julgamento do CC/MG minuciosa fundamentação a demonstrar a prática, pelos recorrentes, da infração prevista no art. 1º, inc. II, da Lei 8.137/90, há de ser transferido a estes o ônus probatório de demonstrar a regularidade das transações comerciais lastreadas em notas fiscais impugnadas.

A exasperação da pena em 2/3, por força da continuidade delitiva, se justifica em razão do grande número de notas fiscais irregularmente emitidas, a gerarem ao erário municipal prejuízo da ordem de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) (fl. 1487).

A defesa dos recorrentes e a defesa do corréu opuseram embargos de declaração que foram rejeitados em segundo julgamento por determinação desta Corte,

Superior Tribunal de Justiça

conforme acórdão de folhas 1968/1972.

Em sede de recurso especial, a defesa apontou violação ao art. 619 do Código de Processo Penal – CPP, porque não sanadas as omissões sobre: a) inexistência de provas de autoria, em violação aos artigos 155, 156 e 386, V e VII, todos do Código de Processo Penal – CPP; b) inexistência de demonstração do dolo específico para o cometimento do delito do art. 1º da Lei n. 8.137/90; c) falta de individualização da pena, em violação aos artigos 13 e 29, ambos do CP; e d) falta de apreciação de direito de redução de pena, em violação ao art. 29, § 1º, do Código Penal – CP.

Pedido de efeito suspensivo foi inicialmente indeferido, às fls. 2146/2149.

Na presente petição, a defesa informa ter havido mudança de situação fática, decorrente da expedição de mandado de prisão em desfavor do ora requerente, mandado este cumprido no dia 30/09/2019.

Ressalta que o ora requerente, condenado a cumprimento de pena em regime semiaberto, foi recolhido em estabelecimento incompatível com o regime prisional determinado pela sentença, eis que transferido para a penitenciária do Estado.

Afirma a plausibilidade jurídica do mérito do recurso especial, em especial quanto a possíveis alterações de dosimetria e regime prisional e indica a existência do *periculum in mora*, decorrente do já emitido e cumprido mandado de prisão.

Requer assim, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial, suspendendo-se os efeitos da execução provisória.

É o relatório. Decido.

Primeiramente, não é demais lembrar que a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial é medida excepcional, contrária a expressa disposição do sistema processual.

Contudo, em juízo precário, vislumbro, no momento, a presença de elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, requisitos autorizadores à concessão da tutela de urgência (art. 300 do Código de Processo Civil).

De fato, em que pese o entendimento de que é possível a execução provisória da pena após a confirmação da condenação em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da sentença, no caso em análise, encontra-se,

Superior Tribunal de Justiça

excepcionalmente, a possibilidade de revisão da dosimetria, com efeitos diretos no regime de cumprimento da pena, cabendo a ressalva de que já foi determinado o recolhimento do requerente em regime já mais gravoso do que o fixado pela sentença.

Diante do exposto, **defiro o pedido de tutela provisória para conferir efeito suspensivo ao Recurso especial para igualmente suspender os efeitos do cumprimento provisório da pena, apenas até o julgamento do recurso especial em epígrafe.**

Comunique-se, com a devida urgência, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Apelação Criminal n. 1.0079.09.971157-8/001).

Após, devolvam os autos para julgamento do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator